

Ministério suspende verba à Papuda desde dezembro

O Ministério da Justiça suspendeu o repasse de recursos para a ampliação do presídio da Papuda há mais de três meses, desde que foi informado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) que havia irregularidades na construção. Um repasse no valor de CR\$ 939 milhões foi suspenso até que as investigações apontem as falhas no processo licitatório e no preço da obra iniciada em 1988.

Segundo o diretor do Departamento de Assuntos Penitenciários (Depen), Léo Sebastião Davi, o ministério está esperando apenas o comunicado oficial do TCU para deflagrar as medidas de apuração em conjunto com o Governo do Distrito Federal (GDF), a quem a obra está subordinada. Caso fiquem constatadas irregularidades no processo licitatório e de superfaturamento, o GDF deverá realizar outra licitação. Se comprovadas as irregularidades a

OAS ficará inidônea para participar de outras licitações públicas.

A estimativa inicial da obra era de um CR\$ 1 milhão 754 mil (valores de 1988). Desde então, o Ministério da Justiça vem repassando os recursos para a ampliação do complexo C, inclusive com uma ala destinada a mulheres. Em dezembro passado, estava previsto o repasse dos CR\$ 939 milhões juntamente com outros recursos destinados a segurança pública do DF.

A ampliação da Papuda estava prevista para ser encerrada em 1990, mas não houve disponibilidade de recursos do Tesouro Nacional para a conclusão. No ano passado houve cortes no Orçamento que impediu que a construção avançasse. Em função do atraso o Ministério da Justiça renovou o convênio em 1991, 1992, 1993 e 1994 com a assinatura de aditivos.